

AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA

UM RELATO A PARTIR DA MEMÓRIA DOS SEUS PROTAGONISTAS

IVAN TARGINO
EMILIA MOREIRA
MARILDA MENEZES

RESUMO *O trabalho objetiva recuperar a história das ligas camponesas na Paraíba a partir de relatos de seus protagonistas. Os depoimentos foram colhidos por ocasião do Seminário Memórias Camponesas: as Ligas Camponesas na Paraíba. Foram também utilizadas entrevistas realizadas pela irmã Tonny van Ham. A pesquisa bibliográfica de caráter acadêmico e memorialista foi, também, utilizada. O texto ressalta que este foi o movimento camponês mais importante da história da Paraíba e que teve importância fundamental nas transformações ocorridas na organização social e econômica na região da Zona da Mata paraibana.*

PALAVRAS-CHAVE *Ligas camponesas; Zona da Mata paraibana; movimentos sociais agrários; história social do campesinato.*

ABSTRACT *The article aims to retrieve the history of peasant league in the State of Paraíba using the narratives of its leaders and participants. The narratives were collected during the Meeting Peasant Memories: the Peasant League in the State of Paraíba. Interviews done by sister Tonny van Ham were also used as sources in the article. The bibliographical research was both academic and memories accounts. The article emphasize that this was the most important peasant movement in the history of State of Paraíba and has a central importante in the transformations of the social and economic organization of Zona da Mata region in the State of Paraíba.*

KEY WORDS *Peasant league; paraibana Zona da Mata region; agrarian social movements; social history of the peasantry.*

INTRODUÇÃO

A década de 1950 marca um período de transição tanto na sociedade brasileira quanto na nordestina e na paraibana. As

1 Esse seminário integrou o projeto Memórias Camponesas e Cultura Popular, coordenado pelo professor Moacir Palmeira. Além dos autores deste artigo, o seminário foi coordenado por Genaro Ieno (UFPB), Belarmino Mariano Neto (UEPB), irmã Antonia M. van Ham (CPT) e Valdir Porfírio. Os relatos feitos durante o encontro estão publicados em Moreira (2011). No texto, esse trabalho será citado como SMC (Seminário Memórias Camponesas).

2 Antonia van Ham é uma religiosa holandesa que chegou ao Brasil em 1972. Integrou a Comissão Pastoral da Terra da Arquidiocese da Paraíba e foi motivada a entender a importância do movimento camponês. Levada por essa curiosidade, realizou inúmeras entrevistas com lideranças do movimento, mas, sobretudo, com pessoas do povo. Parte dessas entrevistas está publicada em Van Ham (2006).

transformações na organização econômica, social e política terão repercussões significativas nos diferentes níveis federativos. É nesse contexto de mudanças que nasce e se consolida o movimento das ligas camponesas. Este artigo tem como objetivo registrar alguns aspectos da memória desse movimento, tendo como foco o caso da Paraíba. Para isso nos fundamentamos, principalmente, na memória oral dos 25 participantes do Seminário Memórias Camponesas: as Ligas Camponesas na Paraíba, realizado em João Pessoa, nos dias 28 e 29 de abril de 2006,¹ e nos relatos colhidos por Van Ham² (2006). Além disso, utilizamos outras fontes secundárias e trabalhos acadêmicos. Os participantes do seminário tiveram diversos envolvimento com as ligas camponesas: ex-lideranças das ligas, familiares, advogados, médicos, estudantes, profissionais da imprensa, deputados estaduais, delegado de polícia, juiz de direito.

A memória oral dos que vivenciaram as ligas camponesas tem um sentido político ao manter viva e transmitir para as gerações seguintes a experiência daquele importante movimento social agrário. No entanto, contar sobre o passado não significa reproduzi-lo assim como ele foi, pois as pessoas reelaboram, ressignificam o passado a partir do presente. Como nos ensina Halbwachs (1990), a lembrança individual é acionada como resultado de uma influência da situação presente.

O “lembrar” não é viver mais uma vez no inconsciente, mas um ato de reconstrução do que foi vivido no passado, utilizando elementos do hoje, tais como imagens e ideias. A lembrança é construída a partir das práticas sociais e representações do presente. Quando lembramos, é porque os outros ou a situação presente nos fazem lembrar. Lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. Os historiadores brasileiros que utilizam a fonte oral reafirmam essa perspectiva. Segundo Ferreira: “o passado é reconstruído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado” (1996, p. 16). Assim,

registrar a memória das ligas camponesas é, também, um ato político do presente.

A repressão política ao movimento das ligas camponesas se expressou em assassinatos, perseguições, prisões, mas também se difundiu em sentimentos de medo e imaginário de terror nas populações do campo e da cidade. Isso, a nosso ver, levou ao silenciamento da memória das ligas camponesas, seja pelos que participaram diretamente, seja por outros que vivenciaram a repercussão pública dos acontecimentos.

Alguns autores que analisam a memória de pessoas que vivenciaram experiências traumáticas como as guerras enfatizam que, muitas vezes, essas experiências são indizíveis, sendo o silêncio a sua forma de expressão. Tal é o caso dos campos de concentração estudados por Michel Pollak (1989, 1992), em que o silêncio e o esquecimento não são falhas da memória, mas antes formas de expressão de uma memória traumática. Há, no silêncio, o objetivo de salvaguardar o passado vivido, reafirmando o sentimento de pertencimento a certo grupo social, bem como de proteção da identidade individual e familiar. As lembranças escondidas no silêncio são protegidas por “estruturas de comunicações informais”, que a sociedade englobante não percebe. Também o fato de não encontrar escuta, ser exposto a mal-entendidos e a punições contribui para o “não dito” e para o esquecimento.

As reflexões metodológicas sobre o trabalho da memória nos ensinam que o silêncio não significa esquecimento, falta de memória, mas antes expressa a impossibilidade de dizer, narrar sobre determinados fatos e eventos devido ao contexto político de violência e repressão, ou porque foram vivenciados como um trauma ou sofrimento (BURKE, 1995; POLLAK, 1989, 1992). Dos envolvidos com as ligas camponesas, muitos tiveram que silenciar para sobreviver, ou seja, para garantir a sua própria vida; para outros, o silêncio foi a estratégia de conviver com o trauma que para eles era impossível de ser traduzido em palavras.

Além disso, a memória também foi silenciada pela repressão, pelo controle e eliminação de vestígios da memória, como os documentos escritos, notícias de jornal, fotos etc. Tal foi o caso do desaparecimento da documentação que identificou os mandantes do assassinato de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé.

Ao utilizarmos as narrativas daqueles que estiveram envolvidos com as ligas camponesas, não buscamos a verdade dos fatos e dos eventos relacionados às ligas camponesas, mas as visões e interpretações das pessoas que estiveram envolvidas nos acontecimentos. A memória das pessoas está circunscrita em suas subjetividades e posições sociais e políticas (AUGRAS, 1997, p. 32-33).

Assim, entendemos que as memórias das ligas camponesas que utilizaremos neste artigo não expressam a totalidade dos fatos, mas elas são seletivas: aquele que narra sobre o passado, seleciona alguns aspectos e silencia sobre outros. É preciso, portanto, estar atento para o que é dito e não dito ou até para o que não é dizível.

Estruturamos o artigo em cinco seções. A primeira trata do ambiente socioeconômico da Zona da Mata na década de 1950. A segunda aborda o surgimento da Liga de Sapé e a difusão do movimento. A terceira relata as estratégias de ação e a organização das ligas. A quarta traça um painel da repressão às ligas camponesas. Na última seção do texto, são feitas as considerações finais. Essa estruturação, bem como os fragmentos que selecionamos, resulta das nossas lentes interpretativas e não pretende ser uma narrativa homogênea nem tampouco totalizadora das experiências de diversos atores sociais que participaram ou tiveram envolvimento político de diversos níveis com as ligas camponesas do estado da Paraíba.

O AMBIENTE SOCIOECONÔMICO DA ZONA DA MATA NA DÉCADA DE 1950

O espaço agrário da Zona da Mata paraibana, a partir da colonização, foi estruturado com base no monopólio fundiário, na monocultura canavieira e na exploração do trabalho. Essas três características permaneceram praticamente intocadas até a metade do século XX. Apenas com a Abolição, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho dos moradores. Como todas as terras da Zona da Mata já estavam apropriadas e a Abolição não foi acompanhada da distribuição de terras como pretendiam alguns abolicionistas, a mão de obra escrava não teve alternativa senão permanecer como moradores de seus antigos senhores (ANDRADE, 1986). Com efeito, a mão de obra utilizada nos engenhos e nas usinas era formada principalmente por trabalhadores moradores.

Embora formalmente livres, os moradores mantinham dependência econômica, social e política em relação aos proprietários. Estavam subordinados a uma extrema exploração da sua força de trabalho, bem como de todos os familiares. Tal relação determinava o quadro de extrema pobreza em que vivia a maioria da população da Zona da Mata, denunciada por Josué de Castro (2001). O relato de José Arnóbio, participante das ligas camponesas de Mamanguape, mostra como essa relação de sujeição foi vivenciada no seu cotidiano e no de sua família:

Comecei a trabalhar com 10 anos de idade, não era porque eu quisesse trabalhar, era porque eu era obrigado a trabalhar pela fazenda. A hora de pegar era o dia amanhecer e anoitecer; anoiteceu, era a hora de largar. Um sofrimento. O tempo de estudar a gente não tinha, porque era obrigado, eu, meu pai e meus irmãos, tudo a trabalhar; trabalhava minhas irmãs também na fazenda. Chegou 8, 10 anos de idade, tinha que trabalhar na fazenda, porque era obrigado.

Além disso, ainda tinha uma diária que a gente pagava, tinha a história de um “cambão”, que isso aí ninguém recebia dinheiro. O dinheiro que a gente recebia dos dias que trabalhava eram muito pouco para a gente comprar o sustento e ainda tinha mais o barracão para a gente comprar. Aquilo ali a gente não tinha direito de plantar um pé de fruta, não tinha direito de plantar uma cana, nada disso a gente tinha direito. Agora, a fazenda tinha cana, tinha fruta, mas a gente não tinha direito; se pegasse numa fruta, era expulso da casa e, além disso, o pai era chamado a atenção, e o pai da gente perdia a morada. Um bicho que quisesse criar, tinha que pagar, ainda, para a fazenda. Meu pai tinha um roçado de macaxeira, trabalhava ali, nas horas do dia de domingo, nas noites de lua; nas noites de lua, ele trabalhava para plantar uma macaxeira, uma ruma de batata e vinha o vigia, sempre acompanhava dois vigias, com ordem da fazenda para arrancar aquela batata novinha; plantou, ele arrancava. A gente tinha direito de plantar nada. [...] A gente trabalhava em um tempo que era a mesma coisa de ser escravo. O engenho fabricava mel e cachaça, ninguém tinha direito de comer o mel nem açúcar, tinha o vigia. Além disso, a casa que a gente morava era uma casinha de palha, de um lado se avistava o outro. Não sei se alguém aqui conhece a porta de vara; a porta da casa da gente era a porta de vara. A casa era coberta de palha. O gado da fazenda, de noite, no tempo da crise, comia a palha da casa da gente e deixava a gente... amanhecia o dia, a parte da palha que o gado comia, que era palha de cana, e no outro dia, amanheceu o dia, a gente era obrigado a ir para a fazenda trabalhar, chovendo ou fazendo sol. Tinha dia de eu sair de casa chovendo e chegar chovendo, se chegasse e tivesse um bom cobertor, tivesse tudo de bom, mas nada disso a gente tinha (relato no SMC).

Quatro aspectos nos parecem importantes no relato de José Arnóbio. Primeiro, a iniciação no trabalho enquanto criança, 10 anos de idade, dificultando a escolarização; segundo, o trabalho

da família, em que os filhos, pai e mãe estavam submetidos às regras da relação de morada e à sujeição do “cambão”; terceiro, a existência do barracão, que era uma espécie de mercearia, também chamada de bodega ou venda, de propriedade do patrão ou dono da terra. Os moradores eram obrigados a comprar as mercadorias que não produziam, como querosene, fósforo e outras no barracão, o que, muitas vezes, configurava uma servidão por dívida, pois eles sempre estavam devendo ao patrão, não podendo sair da propriedade enquanto permanecesse o endividamento. O quarto aspecto é sobre a proibição de plantar culturas permanentes, como fruteiras, cana, para evitar que os moradores tivessem direitos de indenização em caso de saída da propriedade.

A relação de morada também se caracterizava por uma relação de dominação personalizada, em que atos de ameaça, amedrontamento e repressão eram frequentes. Assim, atos de insubordinação não eram tolerados. A repressão poderia vir sob a forma de expulsão sumária da terra ou castigos em graus diversos, sendo alguns de tamanha crueldade, que poderiam levar à morte, como relata Assis Lemos:

Nas usinas da Paraíba, não sei se os antigos companheiros se lembram, quando o trabalhador cometia algum erro – um erro para o usineiro, não um erro para o camponês –, ele era colocado dentro de um tanque d’água, um tanque cheio d’água, botava o camponês com água até o pescoço, trancava o tanque e o camarada podia ser condenado a um dia, a dois, a três para ficar com a água até o pescoço. Se o camponês não resistisse e se afogasse, morresse, não tinha problema, abria o tanque, tirava o cadáver e enterrava. Era isso o que acontecia na Paraíba. Era uma violência, uma coisa tremenda (relato no SMC).

A relação de dominação do morador é também ressaltada por dona Maria do Carmo de Aquino, que foi secretária das ligas camponesas da Paraíba. O seu relato tem a marca da sua posição

de mulher e lembra que a violência também atingia os valores morais da família, pois os patrões tinham relações sexuais com as filhas dos camponeses e muitos se orgulhavam de deflorar as jovens, ou seja, serem os primeiros a terem relação sexual com as jovens:

Antes do surgimento das ligas camponesas, os camponeses não tinham nenhuma consciência dos seus direitos e se submetiam a todas as formas de exploração do latifúndio, o “cambão”, a sujeição, o furto da vara, o vale do barracão e, ainda mais, a honra das suas jovens filhas. Conheci um fazendeiro que aos sábados organizava um baile no armazém, obrigava todas as filhas dos fazendeiros participarem e tinha um dos membros da família que dizia o seguinte: “Eu tenho 107 casos de honra”. Somente com o surgimento das ligas é que os camponeses se conscientizaram e foram à luta (relato no SMC).

Observamos que Maria de Aquino diz: “os camponeses não tinham nenhuma consciência dos seus direitos e se submetiam a todas as formas de exploração do latifúndio”.

A visão de que os camponeses não tinham consciência é coerente com a sua argumentação de que eles só se conscientizaram com o surgimento das ligas. Assim, ela evidencia que as ligas permitiram a formação de consciência para os camponeses.

Gostaríamos de questionar a visão de que os camponeses não tinham consciência. Preferimos pensar que eles tinham consciência da sua condição de exploração, no entanto, em um contexto de repressão e extrema violência, tinham poucas alternativas de resistência aberta, de enfrentamento direto com os patrões. A intensidade do crescimento quantitativo dos participantes e a expansão geográfica e política das ligas podem também ser entendidas como a expressão de uma consciência da exploração já presente entre os camponeses, que, até então, não havia tido a oportunidade de se expressar pública e coletivamente.

Foi exatamente para lutar contra esse quadro dantesco de sofrimento e de exploração que as ligas camponesas surgiram e se consolidaram no Nordeste, a partir de janeiro de 1955, com a fundação da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galileia, situado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão (JULIÃO, 2009). Com o desenrolar da luta é que vão se consolidar as grandes bandeiras do movimento: a luta contra a elevação do foro, a luta contra o cambão, a luta contra os salários aviltantes, a luta pela reforma agrária.

O SURGIMENTO DA LIGA DE SAPÉ E A DIFUSÃO DO MOVIMENTO

A primeira liga fundada na Paraíba foi a de Sapé, a partir da liderança de João Pedro Teixeira,³ de acordo com Elizabeth Teixeira:⁴

Eu quero dizer para os companheiros e companheiras que João Pedro Teixeira, na Paraíba, foi quem começou a luta do campo, no município de Sapé. [...] Quando chegamos em Barra de Anta, eu ainda não tinha nem conhecimento de que João Pedro já tinha aquele espírito de luta. João Pedro andava nos engenhos Anta, Melancia, Sapucaia, que ficava mais próximo a nossa casa, tomando conhecimento como aqueles trabalhadores daqueles engenhos sobreviviam, daquelas fazendas, e viu uma situação difícil. Ele chegava em casa e falava para mim que a vida do trabalhador do campo, dos engenhos, das fazendas é tão difícil, que chegava o momento de muitos pais verem seus filhinhos morrer de fome. Então, ele convidava aqueles trabalhadores para virem até a nossa casa, conversar com ele, do Engenho Anta, do Engenho Melancia, do Engenho Sapucaia, Engenho Maraú e de outras fazendas. Conversavam com ele, e chegou o momento dele fundar a Liga Camponesa em Sapé, que foi fundada por João Pedro Teixeira em 58 (relato no SMC).

3 Pedro Teixeira nasceu em 4 de março de 1918, em Guarabira (PB). Órfão de pai, morto em questão de terra, mudou-se para Espírito Santo, onde morou com um tio que era capataz de uma fazenda. Não concordando com o tratamento dado pelo tio aos trabalhadores, deixou o engenho e foi para o município de Sapé, onde conheceu e se casou com Elizabeth Teixeira. O sogro, um pequeno proprietário, não concordava com o casamento. Pedro Teixeira foi morar em Recife e logo em seguida em Jaboatão, onde trabalhou em uma pedreira. Foi aí que teve os primeiros contatos com o Partido Comunista. Fundou o Sindicato dos Operários das Pedreiras, tendo sido o seu primeiro presidente. Em virtude de seu envolvimento com a organização dos trabalhadores, foi despedido e voltou para Sapé a convite de um cunhado, pois a família estava passando por necessidades em Recife. Foi quando começou o seu envolvimento com a organização das ligas camponesas (CONSULTA POPULAR, 2002)

4 Esposa de João Pedro Teixeira, ela assumiu a Presidência da Liga de Sapé após o assassinato de João Pedro. Para um melhor conhecimento da vida de Elizabeth Teixeira, veja Bandeira, Miele e Godoy (1997).

Podemos perguntar as razões que levaram ao surgimento das ligas em Sapé. Do ponto de vista das razões objetivas, a situação acima descrita já delimitou o quadro geral, que é confirmado pelo testemunho do então vigário da cidade, monsenhor Odilon Pedrosa:

O movimento das ligas camponesas, na Paraíba, aqui surgiu. Sapé tornou-se o quartel general do movimento. A situação em parte da região da várzea, a condição de maior conglomerado industrial do estado, a existência de latifúndios, a monocultura da cana-de-açúcar faziam com que Sapé apresentasse vantagens para sediar o movimento que visava, nos seus planos, à libertação dos trabalhadores rurais. O povo unido e gritando na praça pública assustava a burguesia e os grandes proprietários da terra [...]. Ninguém, em sã consciência, poderia pôr em dúvida a existência de sementes de justiça das demandas. Pelejavam por uma causa justa. Intentava-se corrigir uma situação de miséria. Trabalhadores rurais sofriam aperturas. Mal remunerados, moradia precária, sem terra para plantar. Sem instrumentos legais que os alentasse com a esperança de dias mais seguros e tranquilos (apud VAN HAM, 2006, p. 339).

Quanto às razões subjetivas, a presença de João Pedro Teixeira foi fundamental. O seu contato com o Partido Comunista, quando de seu trabalho em pedreiras em Recife e Jaboatão (PE), deu-lhe as ferramentas para a construção da consciência dos problemas sociais, bem como as ferramentas e as articulações necessárias para o processo de organização dos trabalhadores rurais. Ainda nas palavras insuspeitas do monsenhor Odilon Pedrosa:

O chefe natural das ligas era João Pedro, em mangas de camisa e chinelas nos pés, o líder mais autêntico, homem de classe, passado por sindicatos da categoria. Sentia na carne

o problema que desesperava os irmãos. [...] Em tudo isso [referia-se à situação concreta dos trabalhadores], o que faltava para a explosão era alguém que acendesse o estopim. Fê-lo João Pedro e o fogaréu se alastrou (apud VAN HAM, 2006, p. 339-340).

O monsenhor Odilon Pedrosa evidencia, em sua fala, que os trabalhadores tinham consciência da sua situação social e viviam em ponto de explosão. Assim, João Pedro não levou, propriamente, a consciência aos trabalhadores, mas “sentia na carne o problema dos irmãos” e essa sensibilidade e perspicácia política fizeram com que ele acendesse o estopim, alastrando o fogaréu. Assim, ele se tornou uma liderança. Conseguiu traduzir os sentimentos, palavras e ações dos camponeses paraibanos, que, até então, estavam silenciados e impossibilitados de se expressarem coletivamente e de modo público. Talvez, a revolta dos camponeses contra as condições injustas de trabalho se expressasse através do que James Scott chama de práticas cotidianas de resistência (SCOTT, 1985, 2002; MENEZES, 2002).

As ligas camponesas representaram a explosão pública daquela revolta já existente em estado latente entre os camponeses. Ao lado de João Pedro Teixeira, no trabalho de organização e de propagação do movimento, estavam as figuras de Pedro Inácio de Araújo,⁵ Alfredo Nascimento⁶ e João Alfredo Dias.⁷ Além desse grupo central da liderança, outras figuras também se destacaram no processo de convencimento dos agricultores.

Como se depreende do depoimento de Elizabeth Teixeira, acima transcrito, o trabalho de convencimento dos trabalhadores começou por contatos pessoais através de conversas, de visitas às fazendas e de agrupamentos informais, em que se procurava discutir a condição de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores rurais de Sapé.

De acordo com a irmã Tonny, como desdobramento desses encontros pessoais ocorreu, em 1955,⁸ a primeira reunião dos

5 Ficou conhecido como Pedro Fazendeiro, pois adotou a estratégia de vender tecido (localmente também denominado de fazenda) pelos sítios como forma de manter contato com os camponeses sem levantar suspeita dos proprietários.

6 De acordo com Assis Lemos, Alfredo do Nascimento residia no Engenho Miriri e tinha uma grande capacidade de liderança, de modo que conseguiu trazer para as ligas todos os moradores do engenho.

7 Conhecido por Nego Fuba em virtude da sua cor e do cabelo encarapinhado. Sapateiro de profissão, era o orador das ligas pela sua facilidade de comunicação com as massas.

8 Existe divergência sobre a data dessa reunião. Segundo Elizabeth Teixeira, essa reunião teria ocorrido em 1956 (BANDEIRA, MIELE e GODOY, 1997, p. 62).

9 A organização do espaço agrário de Sapé apresentava características bem peculiares. Na parte norte do município, predominava as grandes propriedades, com forte presença da cana-de-açúcar. Essa porção do território tinha a sua dinâmica comandada pelos interesses da Usina Santa Helena, pertencente à família Ribeiro Coutinho. Algumas fazendas situadas no centro-oeste do município começaram a se dedicar à lavoura do abacaxi e do fumo ainda na década de 1950. Ao sul do município, havia o predomínio de pequenas propriedades voltadas para as lavouras alimentares, com destaque para a mandioca e o inhame. Pode-se afirmar que no município havia três grandes grupos de trabalhadores: 1) os moradores dos engenhos e das usinas, 2) os moradores das fazendas de abacaxi e de fumo, 3) os pequenos proprietários rurais na porção do sul do município, onde residia o sogro de João Pedro Teixeira, que mantiveram uma relação de desconfiança com as ligas, pois temiam que estas tomassem as suas terras.

camponeses de Sapé na casa do próprio João Pedro Teixeira. Nessa reunião já estavam presentes Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias (Nego Fuba). A reação dos fazendeiros não se fez esperar:

João Pedro foi preso no dia seguinte e espancado, mas tudo continuou... Reuniões-relâmpagos nas fazendas, nas feiras e na sapataria de Nego Fuba, em Sapé. O movimento crescia, atraindo gente graúda da cidade como: o agrônomo Assis Lemos, dentistas, advogados, etc. Faziam-se comícios relâmpagos nas feiras e nas periferias, mostrando a realidade cruel e como agir (CONSULTA POPULAR, 2002, p. 45-46).

A realização de encontros com grupos de trabalhadores foi a forma encontrada para discutir a realidade, formar quadros e convencer os camponeses da importância e da necessidade da organização. A esse respeito testemunha Elias Quirino:

Em Sapé as reuniões eram muito visadas. A gente saía e ia ter aquele encontro na casa de um companheiro. Só a gente era quem sabia. [...] A gente se deslocava e tinha aquela reunião. [...] A gente marcava um dia para visitar um camponês numa zona rural e convidava outros. E assim a gente ia fazendo o movimento até que ele cresceu (apud VAN HAM, 2006, p. 53).

A estratégia dos comícios-relâmpago, particularmente nas feiras, foi largamente utilizada para fazer a propaganda das ligas, como ressalta Assis Lemos: “Iniciamos a luta subindo nos tamboretas, nas feiras das cidades do interior, para exatamente convidar os camponeses para ingressarem nas suas ligas. Isso começou de forma muito simples e terminou com uma grandeza extraordinária” (relato no SMC).

Foram três anos de realização desse trabalho de convencimento e de conscientização dos trabalhadores.⁹ Só em

fevereiro de 1958 é que foi fundada a Liga Camponesa de Sapé, sob a denominação de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, com registro em cartório (LEMOS, 2008). A sua criação trouxe um rastro de esperança e de alegria para o povo. A figura de João Pedro Teixeira conseguia mobilizar e despertar os trabalhadores:

Ele via a fome do povo. Ele já sabia que o povo era sofrido, como ele era sofrido. Então, ele sabia que se unisse, se organizasse... Ele dizia: “Povo unido não mais será vendido”. Outra coisa, ele militava. Dentro de Sapé, ele enchia isso cheio de gente, de gente atrás dele. Era festa, fogos, ciranda, zabumba batendo... Era alegria muito grande (depoimento de Severino Guilhermino de Souza, apud VAN HAM, 2006, p. 370).

A Liga Camponesa de Sapé iria ser o centro de todo o movimento camponês na Paraíba, disseminando-se rapidamente por outros municípios da Zona da Mata e do agreste. Sapé se constituiu no centro de irradiação do movimento na Paraíba. A partir daí foram sendo criadas ligas em outros municípios do estado. A esse respeito escreve Lemos:

Após a fundação da Liga Camponesa de Sapé, outras se organizaram tais como: Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande e Santa Rita [...]. Destacaram-se na liderança das Ligas Camponesas Paraibanas: Elias Quirino, em Alhandra; Manoel de Deus, Vigarinho (José de Oliveira Ramos) e Pedro Dantas, em Mamanguape; Maria do Carmo Aquino e Chico do Baita, em Guarabira; Antonio Galdino, em Mari; João Francisco e Manoel Porfírio, em Oitizeiro; Geraldo Camilo, em Mulungu; Luis Macedo, em Alagoinha e João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias, Pedro Fazendeiro, Ivan Figueiredo, Alfredo Nascimento, Elizabeth Teixeira e João Severino Gomes, em Sapé (2008, p. 61-62).

O rápido crescimento do movimento camponês levou à necessidade de criação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, ocorrida no dia 25 de novembro de 1961. A entidade ficou conhecida como Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. A Diretoria eleita era composta por Francisco de Assis Lemos – presidente –, João Pedro Teixeira – vice-presidente –, Antonio Dantas – secretário – e Leonardo Leal – tesoureiro (LEMOS, 2008, p. 62).

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DAS LIGAS

Com a criação das ligas, era preciso construir estratégias de ação que dessem sustentação ao movimento. Dentre elas podem ser destacadas:

- 1) *A realização de comícios e passeatas.* Essa estratégia constituiu uma arma importante para atrair os trabalhadores rurais para as ligas, bem como propiciava oportunidades para esclarecer os objetivos do movimento e exercer pressão sobre o poder público e sobre os proprietários de terra. O relato a seguir ilustra a importância dos comícios e a forma de convocação: “a qualquer hora do dia ou da noite que a liga precisasse convocar os camponeses, era só soltar os três foguetões, e os outros iam soltando e o camponês parava o que estivesse fazendo e se dirigia para a sede da liga” (relato de Assis Lemos no SMC).

Dentre os comícios realizados, merece destaque os que tiveram lugar na cidade de João Pessoa, nos dias 1º de maio e 29 de julho de 1962, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho e da visita de João Goulart ao estado. Nessa última data, estima-se que mais de 40 mil pessoas estiveram presentes ao evento (LEMOS, 2008; BENEVIDES, 1985). Assis Lemos descreve a realização desses comícios:

Vocês não imaginam, quando se marcava uma concentração, como houve em 1º de maio, com a vinda do presidente João Goulart à Paraíba, quantos milhares e milhares de camponeses que vinham do interior e enchiam a Lagoa, o Ponto dos Cem Réis etc., era uma quantidade imensa de camponeses que vinham do campo e, em troca, a população dos bairros pobres de João Pessoa também se deslocava de onde estivesse e vinha participar, se juntar com os camponeses, nas suas demonstrações e nas suas lutas (relato de Assis Lemos no SMC).

- 2) *O apoio aos trabalhadores ameaçados de expulsão das propriedades.* Esta foi uma deliberação importante para dar sustentação ao movimento. Com efeito, o avanço do movimento camponês levou os patrões a expulsarem os seus moradores, sobretudo os que eram filiados às ligas. A expulsão era acompanhada da destruição do plantio e da derrubada do casebre. Inicialmente, esses casos eram encaminhados à Justiça. Dada a morosidade da Justiça, foi tomada a decisão de responder na hora: juntava-se um grupo de trabalhadores para impedir a expulsão, refazer o plantio e reconstruir as casas (LEMOS, 2008). Dessa forma, o camponês sentia-se amparado. O depoimento de Neide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, reafirma essa forma de organização:

Recordo também das perseguições, quando ele estava no campo [*referia-se ao seu pai*], às vezes trabalhando, plantando roçado para sobrevivência da família ou ajudando outros companheiros, que a lavoura tinha sido arrancada e ele ia com um grupo de camponeses e replantava a lavoura daquele camponês, e a polícia ia, comandada pelo Coronel Luiz de Barros, e prendia meu pai (relato no SMC).

- 3) *A luta contra o cambão.* Esta foi certamente a bandeira mais importante nos primeiros anos de atuação das ligas

camponesas. O combate ao cambão seguiu duas frentes de luta. Primeira, a organização de passeatas que se dirigiam às propriedades onde havia essa forma de trabalho, para negociar com os proprietários a sua extinção, conforme o depoimento abaixo:

Então, os camponeses foram se convencendo disso e nesse boletim que vocês estão na mão [está se referindo ao pôster do encontro que reproduz uma fotografia dos camponeses andando em direção a uma fazenda], esses camponeses andando no campo, eram os camponeses das ligas que estavam organizados para irem de fazenda em fazenda acabar com o “cambão”. Saía aquele grupo de camponês, ia à fazenda, cercava a casa do dono da terra e ia negociar para, a partir daquele instante, acabar com o trabalho gratuito na propriedade (relato de Assis Lemos no SMC).

Segunda, a promoção de negociações com a presença de representantes de proprietários, de membros das ligas e do governo estadual, com o objetivo de pôr fim à prática do cambão:

Assim foi se conseguindo uma vitória atrás da outra, até que houve uma reunião, em João Pessoa, entre um grupo de proprietários e as ligas camponesas, onde o governo conseguiu um acordo, que a partir daquele dia estava acabando com o “cambão” na Paraíba. Quem conseguiu isso? Que grande vitória foi essa? As ligas camponesas (relato de Assis Lemos no SMC).

- 4) *A assistência jurídica aos camponeses.* Essa assistência foi importante para o movimento adquirir a confiança dos trabalhadores. Até a criação das ligas, os camponeses não tinham consciência dos seus direitos, conforme depoimento anteriormente citado de Maria Aquino. A ausência de direitos também foi expressa por José Arnóbio: “Antes da liga a gente trabalhava no regime de escravo, a gente não tinha direito, a

gente só tinha direito a trabalhar e a sobrevivência era muito pouca, era o tipo mesmo de escravo. Depois da liga, foi que trouxe toda liberdade para a gente” (relato no SMC).

As ligas passaram a prestar assistência jurídica aos trabalhadores rurais. Essa não foi uma tarefa simples. Além da inexistência de uma legislação específica e do pequeno número de advogados que se prontificavam a defender os trabalhadores rurais, havia também a orientação político-ideológica do aparato judiciário e policial nitidamente favorável à aristocracia rural. O depoimento de Ofélia Amorim explicita as várias dimensões da questão:

– Busca de brechas na lei para defender a posse do camponês:

como seria o trabalho de um advogado num processo de luta tipicamente dentro da contradição capital e trabalho, com o Código Civil que protegia a propriedade como direito absoluto? Como nós faríamos isso? E como trabalharíamos também, diante das agressões que os camponeses e aqueles que se dedicavam ao trabalho, junto a eles, sofriam diariamente? [...]. Dizem que a lei sempre tem brechas [...]. E uma dessas brechas era exatamente a questão da posse, que no nosso Direito, como era no Código Civil anterior, de 1916, e é no atual, a posse é mais importante até do que a propriedade, e ela independe de documentos (depoimento no SMC).

– Defesa dos direitos trabalhistas:

Além dessa atuação, nós começamos a também defender os direitos trabalhistas. Até então, [...] os camponeses não tinham o menor direito, mesmo quando ele era empregado [...], ou seja, ele não tinha jornada de trabalho, ele não tinha férias, não tinha aviso prévio. Naquela época ainda não tinha sido votado o 13º, que foi uma grande conquista

do trabalhador brasileiro, mas durante o governo de João Goulart. Então, nós também começamos a atuar na Justiça do Trabalho. [...] Então, quando entrou a primeira reclamação contra um senhor de engenho, de Areia, ele [...] deu a decisão favorável ao camponês. Quer dizer, pela primeira vez havia sido questionada a relação de trabalho sem os direitos assegurados ao trabalhador (depoimento de Ofélia Amorim no SMC).

– Proteção do camponês contra as agressões físicas:

Agora, além desse trabalho, também na área trabalhista, havia a parte criminal. É lógico que nós estávamos, ali, na defesa dos que fossem agredidos, dos que fossem espancados e a questão era um pouco mais complicada, porque essa primeira fase do processo criminal se dá nas delegacias de polícia e naquele tempo, na Paraíba, só havia delegacia de polícia nas grandes cidades, na maioria era comissariado de polícia, e esses comissariados estavam nas mãos de cabo da polícia, no máximo de sargento, quer dizer, de pessoas que achavam que tinham o poder de vida e de morte sobre os camponeses (depoimento de Ofélia Amorim no SMC).

- 5) *A disponibilização de serviços de saúde.* O acesso da população rural aos serviços de saúde era praticamente inexistente. Daí a importância que teve a instalação de oito postos do Samdu¹⁰ em vários municípios do estado, principalmente naqueles de maior atuação das ligas camponesas. A instalação dos postos do Samdu foi uma demonstração do poder político que as ligas tinham adquirido. Todas as nomeações foram indicações do movimento camponês:

Bem, a experiência do Samdu foi muito interessante. Uma particularidade já foi descrita por Assis Lemos, o fato de ter um serviço organizado a partir de um movimento

10 O Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (Samdu) foi criado no segundo governo Vargas e ficou restrito aos principais polos urbanos do país.

popular, e o próprio movimento popular tendo o papel de decidir quem deveria ser os participantes, o quadro, a equipe desse serviço. [...] Eu creio que esses serviços foram, de certa forma, um protótipo de alguma coisa que se faz, hoje, em grande parte do mundo, que é uma tentativa de democratizar a saúde (relato de Malaquias Batista no SMC).

- 6) *O combate ao analfabetismo*. Essa forma de luta passou a ser uma necessidade premente a partir do momento em que o movimento decidiu participar do processo eleitoral. Como, na época, a maior parte da população rural era analfabeta, esse fato constituía um forte impedimento para uma utilização efetiva do processo eleitoral como um instrumento de luta. Essa necessidade ficou mais fortemente evidenciada após a eleição de 1962, quando o candidato das ligas camponesas (Ivan Figueiredo) à Prefeitura de Sapé perdeu a eleição por pequena margem de votos para o candidato dos usineiros.

Naquela época, a maioria da população paraibana estava no campo, eram camponeses, mas, naquela época, o voto, só quem votava era o alfabetizado. Os camponeses eram analfabetos, então não tinham como votar e, além disso, companheiros, aqueles camponeses que por acaso soubessem assinar o nome e tirassem o título de eleitor, no dia da eleição o chefe político, o usineiro, o dono de engenho, o que fosse, pegava os seus camponeses, aqueles eleitores, botava em cima de um caminhão, levava para a cidade e ficava perto da seção eleitoral. [...] E, assim, a fila dos eleitores que vinham do campo votava dessa forma, o primeiro votava em branco e os outros tinham que trazer a cédula em branco para ele botar o nome dos candidatos, botava na cédula e votava, e assim ganhavam as eleições. [...] Como é que um candidato camponês, apoiado pelos camponeses, podia ter votos dessa forma? (relato de Assis Lemos no SMC).

Para superar essa dificuldade, o movimento camponês contou com o apoio da Campanha de Educação Popular (Ceplar). Apesar de criada em 1962 por um grupo de universitários ligados à Juventude Universitária Católica, a Ceplar só passa a ter uma atuação na área rural do estado em 1963, com a instalação de núcleos de alfabetização de adultos em Sapé, Rio Tinto e Mari (PORTO e LAJE, 1995; LEMOS, 2008).

E, pelo fato de que grande parte dos camponeses não sabia ler nem escrever, surgiu em João Pessoa uma organização chamada Ceplar, que usava o método Paulo Freire para alfabetizar os camponeses. Essas companheiras, como a Isa Guerra, a Ofélia e tantas outras, passaram a treinar, a ensinar as filhas dos camponeses, para que elas, à noite, nas fazendas, pudessem alfabetizar os seus pais (relato de Assis Lemos no SMC).

- 7) *A luta pela reforma agrária.* Essa luta esteve presente no ideário das ligas desde o seu início, como se pode depreender das palavras de Elizabeth Teixeira:

João Pedro, no dia a dia, na luta da liga camponesa, do movimento do campo por uma reforma agrária, ele dizia para mim: “vão tirar a minha vida, minha filha, mas a reforma agrária vai ser implantada em nosso país para que a vida do homem do campo melhore, para que eles tenham o direito de criar os seus filhos e não ver morrer de fome e também ter o direito de botar numa escola” (relato no SMC).

Esse objetivo foi ganhando maior dimensão e se constituindo, explicitamente, no principal objetivo das ligas camponesas, na medida em que o movimento foi crescendo e se consolidando. “Terra para os homens sem terra” era um objetivo central das ligas (AUED, 1986). Com efeito, a dinâmica do movimento foi levando à tomada de posições mais e mais radicais.

De fato, em 1962, Francisco Julião vai promover a radicalização do movimento, adotando os *slogans*: “Reforma Agrária na lei ou na marra” e “Reforma Agrária ou revolução” (AZEVEDO, 1982; LEMOS, 2008). Essa radicalização repercute também na Paraíba, passando Elizabeth Teixeira e Antonio Dantas a integrarem a corrente liderada por Julião. É interessante observar como em vários depoimentos colhidos por Van Ham fica destacada a diferença na condução da Liga de Sapé entre João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira: “Mas, quando houve a morte de João Pedro Teixeira, veio a revolta. Com Elisabeth [...]. Só que esquentou a luta, porque aí era mais duro, a prática dela e os outros que acompanhavam” (depoimento de Severino Guilhermino de Souza, apud VAN HAM, 2006, p. 368).

A luta pela reforma agrária teve uma resposta do governo federal com a assinatura do decreto n. 53.700, de 13/3/1964, que declarava ser “de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências”. Esse decreto, contudo, não teve efeitos concretos em virtude da eclosão do golpe militar de 1964, do qual ele foi um dos detonadores.

- 8) *A luta pelos direitos trabalhistas e pela sindicalização.* Também constava da pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas e a sindicalização. Essas bandeiras foram contempladas com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (lei n. 4.214, de 1963) e com a portaria do ministro Almino Afonso, que regulamentou a criação dos sindicatos rurais. Convém lembrar que a criação dos sindicatos rurais passou a ser uma estratégia das ligas camponesas para fortalecer a sua legalidade.¹¹

11 A fundação de sindicatos também passou a ser feita por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro e por alguns padres. Com isso, o Partido Comunista pretendia consolidar a sua participação no movimento camponês em oposição ao grupo de Julião (AZEVEDO, 1982; LEMOS, 2008; BENEVIDES, 1985). A Igreja católica também pretendia assegurar a sua influência, tendo sido criados vários sindicatos a exemplo dos de Solânea, Araruna, Areia, Campina Grande. Sobre a posição da Igreja, Elizabeth afirma: “Naquele tempo a gente foi muito perseguido pela Igreja. A gente achava isso terrível. A Igreja nos combatendo e nos acusando de comunistas. Os sindicatos que foram fundados na região era com o objetivo de combater as ligas [...], a Igreja perseguiu muito as ligas, em todo canto. Com exceção de alguns poucos padres, eles eram contra a gente” (BANDEIRA, MIELE e GODOY, 1997).

Foram transformadas em sindicatos as ligas de Sapé, Mari, Itabaiana, Alhandra, Mamanguape e Rio Tinto (LEMOS, 2008).

- 9) *A procura de apoios externos.* Este foi um mecanismo fundamental para dar sustentação ao movimento. Dentre esses apoios, além das articulações já mencionadas (PCB, Julião, advogados, Ceplar etc.), podem ser mencionados:

– A Associação Paraibana de Imprensa (API), que desempenhou um papel importante na sustentação da luta camponesa. Ela se fez porta-voz do movimento, uma vez que os dirigentes da API ocupavam postos de mando na Rádio Tabajara e no jornal *A União*, órgãos oficiais de comunicação do governo estadual. Esses meios de comunicação foram utilizados largamente para veicular os fatos e denunciar as violências praticadas contra os dirigentes das ligas, como se pode apreender do depoimento prestado por Adalberto Barreto:

Companheiros, a Associação Paraibana de Imprensa teve ligações muito profundas com o movimento camponês, que hoje relembremos, e não somente com o movimento camponês. A API se fez o ponto de encontro e o palco para os movimentos sociais que eclodiram naquela época, em nosso estado. [...] Se Pedro Fazendeiro tinha alguma truculência no campo a denunciar, era na API que se fazia ouvir; [...] A projeção que a API ganhou, naquele momento, como porta-voz de camponeses, de estudantes, de trabalhadores urbanos e intelectuais, teve naturalmente suas causas para ser o que foi. [...] A causa mais importante: seus dirigentes e aliados exerciam grande influência no aparelho de comunicação do governo Pedro Gondim. [...] O jornal *A União* e a Rádio Tabajara eram então os veículos de informação mais influentes do estado (relato no SMC).

– O *movimento estudantil* também se fez presente no arco de apoio que foi construído, como consequência da identidade da visão que os dois movimentos tinham a respeito da problemática nacional, como lembra Antonio Arroxelas, então presidente da União Estadual dos Estudantes:

Um ótimo relacionamento com as ligas camponesas partia até de ter, como presidente da Federação das Ligas Camponesas, o nosso grande e fraterno amigo Francisco de Assis Lemos, e as ligas eram revolucionárias; as ligas apresentavam aquela mesma ideia que nós, estudantes, tínhamos a partir da Revolução Cubana, quando Cuba deu uma demonstração ao mundo que poderia naturalmente se chegar ao poder (depoimento no SMC).

– O *movimento sindical urbano*, também, participou do conjunto das alianças estabelecidas para apoiar o movimento camponês. Participaram dessa articulação o CGT, a Federação dos Trabalhadores da Indústria da Paraíba, o Sindicato dos Bancários da Paraíba, o Sindicato dos Ferroviários, dentre outros. Essas entidades formaram um comitê de apoio às ligas, cuja primeira atuação foi a organização do comício em Rio Tinto.

Foi isso que levou o CGT a participar do movimento camponês nos dias 29 e 30 de abril. Foi feita, então, a comissão organizadora, reuniu-se na sede da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Paraíba [...], mas a fase principal desse encontro era exatamente levar o movimento sindical urbano para apoiar as ligas camponesas. Esse foi o espírito da realização do primeiro encontro dos trabalhadores em Rio Tinto, e surtiu grande efeito. [...] Mas o que é importante é que o movimento sindical urbano se associou ao movimento das ligas camponesas (depoimento de Luiz Hugo Guimarães no SMC).

– *A realização de mutirões nas cidades* foi outro mecanismo utilizado pelas ligas para conquistar o apoio das populações pobres das cidades. Aos domingos, organizavam-se mutirões para realizar trabalhos em benefício da população dos bairros, como construir e consertar casas:

No tempo das ligas, [...] os camponeses, todos os domingos, saíam de Alhandra, Sapé, Santa Rita, Mamanguape, Guarabira e de qualquer uma das ligas e vinham para João Pessoa [...]. Eles vinham para cá, cortavam as folhas de coqueiro, cobriam as casas da população da cidade. Então, o camponês, mesmo na pobreza, sem ter um tostão no bolso, vinha para fazer um serviço para a população pobre da cidade. Em troca queriam o quê? Queriam o apoio da população para a sua luta, para a luta pela reforma agrária (depoimento de Assis Lemos no SMC).

A REPRESSÃO ÀS LIGAS CAMPONESAS

Na medida em que as ligas camponesas se expandiam e revelavam o seu poder de mobilização, foi se organizando também a reação do latifúndio. Com efeito, o poder dos senhores de terra que permaneceu praticamente intocado desde o início da colonização não podia assistir passivamente a essa crescente contestação à ordem secularmente estabelecida. Era preciso acabar com as ligas! As tentativas de eliminar as ligas assumiram diferentes feições, indo desde o convencimento no âmbito familiar até a repressão generalizada quando do golpe militar de 1964.

A REPRESSÃO ANTES DE 1964

As tentativas de eliminar as ligas assumiram diferentes nuances e manifestações, podendo ser destacadas:

- 1) *Repressão no seio da família* de Elizabeth Teixeira. As primeiras manifestações de contestação ao movimento surgiram no seio da família de Elizabeth Teixeira. Seu pai, que se posicionou contrariamente ao casamento da filha com João Pedro Teixeira, volta a pressionar quando vê crescer o movimento de camponeses em torno da sua casa, mesmo antes da fundação da Liga de Sapé. Segundo Elizabeth Teixeira, em novembro de 1956, no dia seguinte à primeira reunião ocorrida em casa entre João Pedro Teixeira e alguns camponeses, seu pai foi reclamar e dizer que, “se soubesse que ontem ia ter uma reunião comunista aqui, eu e meus amigos tinha vindo acabar com ela no pau” (BANDEIRA, MIELE e GODOY, 1997, p. 63).
- 2) *Repressão aos camponeses*. Inicialmente a reação dos proprietários de terra ao movimento camponês expressava-se pela proibição aos seus moradores, foreiros, parceiros de não se filiarem às ligas. Como essa pressão não surtiu o efeito esperado, ao descobrirem que os moradores tinham a carteira das ligas, os proprietários passaram a destruir os roçados, a expulsá-los das propriedades e a derrubar as suas casas.¹² São muitas as ações de expulsão de moradores relatadas (VAN HAM, 2006, p. 135, 139, 386-387). A reação dos proprietários que, no início, se dava informalmente, passou a ser formalmente articulada com a fundação da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, em 26 de abril de 1962. Severino Ramos descreve esse ambiente de confrontação nos seguintes termos:

Deste modo acentuaram-se as derrubadas dos casebres dos moradores das fazendas, agora não mais por capangas ou sicários de aluguel, porém pelos próprios fazendeiros que empreendiam frequentes incursões noturnas a fim de expulsarem, pela força, elementos que consideravam

12 Foi em uma dessas ações que foi assassinado Rubens Régis, tesoureiro da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba. Segundo relatado por Ramos, em 13 de fevereiro de 1963, um grupo de proprietários dirigiu-se de noite à Fazenda Jucuri, no município de Sapé, para despejar um morador. “Ao chegar, o grupo retirou o camponês de dentro de casa, amarrando-o a uma árvore. Começaram então a preparar a ‘operação arrastão’, que consistia em amarrar uma corda numa das vigas mais fracas da casa e puxar atrelada à traseira de um jipe ou de uma caminhoneta. No momento que ia começar a ‘operação’, os integrantes do grupo ouviram barulho numa casa próxima, aparentemente desocupada. Rubens Régis [...] decidiu ir verificar do que se tratava. Quando transpôs o terreiro recebeu um tiro de fuzil que arreventou-lhe o tórax, caindo mortalmente ferido” (RAMOS, 1989, p. 128).

indesejáveis por estarem ligados às Ligas Camponesas ou serem delas simpatizantes. A prática repetida dessas demolições chegou quase a transformar-se numa rotina, uma espécie de hobby, uma diversão (1989, p. 127).

No processo de repressão, os proprietários contavam com a cumplicidade da polícia, que disponibilizava a mão de obra para fazer o trabalho sujo nas fazendas, conforme se pode apreender do depoimento abaixo:

Os proprietários de terras queriam um empregado para administrar propriedades. [...] Procuravam chefes de polícia ou secretários de segurança pública e solicitavam dessas autoridades um empregado bom, daqueles que eram capazes de pegar pobres trabalhadores e rasgarem vivos e comerem cru. [...] E a polícia cumprindo ordem dos proprietários de terras, derrubando casas, impedindo as atividades dos que, arriscando a vida, reagindo, no trabalho de suas atividades (depoimento de José Hermínio Dionísio, apud VAN HAM, 2006, p. 260).

Os casos mais evidentes dessa cumplicidade foram a contratação do sargento reformado Manoel Pereira da Silva, conhecido como Capa de Aço ou Peito de Aço, como administrador da Fazenda Miriri, onde teve grande atuação o camponês Alfredo Nascimento – a missão do sargento-administrador era expulsar da fazenda os moradores que fossem associados às ligas; em um confronto Capa de Aço matou Alfredo Nascimento e acabou sendo morto com golpes de foice pelos camponeses (LEMOS, 2008, p. 52; VAN HAM, 2006, p. 132; RAMOS, 1989, p. 32) –; e a contratação do soldado Chiquinho e do cabo Antonio Alexandre por Aguinaldo Veloso Borges, para assassinar João Pedro Teixeira, como será visto adiante (RAMOS, 1989; LEMOS, 2008).

3) *Repressão às lideranças* das ligas camponesas. Essa forma de repressão foi uma constante durante todo o período de existência do movimento, assumindo as mais diferentes modalidades: tentativa de cooptação, agressões físicas, prisões e assassinato de várias lideranças, como será visto a seguir:

– No tocante à *cooptação*, existem alguns relatos que afirmam ter o usineiro Renato Ribeiro Coutinho oferecido dinheiro e terras a João Pedro Teixeira para ele abandonar as ligas (VAN HAM, 2006, p. 152, 300), com o mesmo teor do citado abaixo:

Eu não vi nem ouvi não, mas se diz que Dr. Renato o mandou chamar para ele acabar com o negócio destas Ligas. Aí ele disse: [...] “Eu prometi aos companheiros da Liga e eu vou até o fim, nesta luta. Vou até o fim”. Aí, Renato Ribeiro disse: “É, pra acabar com isso, o terreno, lá, eu mando passar o papel e o terreno é seu; o sítio, se desvanecer”. E ele: “Não, eu prometi que ia até a morte, nessa luta”. Aí ele disse: “Acaba com isso, que eu dou logo esse terreno pra você; passo agora o terreno pra você; a escritura, para a terra ficar pra você” (depoimento de Manoel Henrique Dantas, apud VAN HAM, 2006, p. 300).

– As *prisões de lideranças* foram um instrumento de intimidação frequentemente utilizado. Elas estiveram presentes desde a primeira reunião realizada na casa de João Pedro, em novembro de 1956, conforme anteriormente narrado, e foram realizadas de forma sistemática durante todo o período de vigência do movimento. Na época, os delegados de polícia eram efetivamente subordinados à vontade dos chefes políticos locais, vale dizer dos grandes proprietários. Caso não cumprissem as ordens

recebidas, eram sumariamente transferidos. Desse modo, as prisões arbitrárias das lideranças revelavam a utilização subordinada do poder policial aos interesses do grupo social dominante. O relato de uma das prisões sofridas por Elizabeth Teixeira evidencia à saciedade essa tática de amedrontamento e intimidação:

Chegou o momento de dois carros policiais chegarem até a minha casa, me chamaram e fizeram duas filas de soldados, o tenente ficou lá e eu na caminhada, um atirava de um lado, outro de outro, outro de outro, quando eu cheguei lá, os pés cobertos de terra, eu disse: “Tenente, isso é mais uma prova de covardia. Não mataram João Pedro de emboscada? Não botaram uma emboscada e tiraram a vida de João Pedro? E por que não tiram a minha? Fazem isso”. Tantos disparos de tiros! Foram muitos que a vizinhança, até muitos vizinhos pensavam que eu tinha sido assassinada, todos da minha residência, eu com todos os meus filhos, por conta da quantidade de tiro que foi disparado (relato de Elizabeth Teixeira no SMC).

Não bastava prender, era preciso humilhar como forma de promover o desmonte da estrutura psicológica do detento e de seus familiares. Neide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, revela alguns desses momentos que marcaram a sua história de criança e de adolescente:

Recordo que um dia, quando eu saí do colégio [...] e quando cheguei na porta da minha casa, no caminho de casa, vi meu pai passar em cima de um caminhão. Eu não sei o que eles iam levando, se era um homem ou o maior bandido, como eles classificavam. Não sei o que eles iam levando. O certo é que meu pai ia escoltado em cima de um caminhão, fileira de soldados, aqueles caminhões que tinham os bancos em cima, as fileiras de soldados de um lado e do outro, e meu pai no meio deles [...]. Me lembro de uma vez que ele foi preso, o coronel Luiz de Barros tinha uma sede muito

grande nele, deu-lhe uma tapa na cara e falou na minha avó, que, no caso, seria mãe do meu pai; e meu pai disse: “Coronel, em cara de homem não se bate”. E ele bateu. Então, essas são as recordações que eu tenho antes do golpe militar de 64 (relato no SMC).

Para instaurar mais ainda o medo entre os camponeses, foi instalado um quartel da polícia em Sapé, sob o comando do coronel Luiz de Barros, de triste memória. Era a manifestação mais evidente da subordinação do poder político e policial aos ditames da oligarquia açucareira. Porém a repressão não era executada apenas pela polícia. O Exército também participou ativamente desse processo, vasculhando residências, fiscalizando estradas, prendendo lideranças, sob o manto de estar realizando operação de treinamento (LEMOS, 2008, p. 79-82; RAMOS, 1989, p. 73-80). O depoimento de Elias Quirino, presidente da Liga Camponesa de Alhandra, ilustra o clima de intimidação criado tanto pela polícia quanto pelo Exército:

Eu fui muito perseguido tanto pela polícia como pelo Exército. Minha casa foi frequentada muitas vezes, muitas vezes varejada. Minha senhora estava de resguardo, quando uma vez um capitão da polícia chegou com diversos soldados e invadiu a minha casa, e eu vi a hora de perder a minha esposa, mas falei para o delegado que, se minha esposa morresse, eu o responsabilizaria. Ele retirou-se, felizmente. Ela estava com 24 horas de resguardo (relato no SMC).

As *agressões físicas e assassinatos* de lideranças e de camponeses foram outros mecanismos utilizados pelos proprietários na sua determinação de acabar pela força com o movimento. Estão registrados os atentados sofridos por Assis Lemos, presidente das ligas camponesas da Paraíba, em Areia (maio de 1962) e em Itabaiana (setembro de 1962). No atentado de Itabaiana, Pedro Fazendeiro também foi agredido (LEMOS,

2008, p. 109; RAMOS, 1989, p. 123). Ainda em 1961, Pedro Fazendeiro, também, sofreu um atentado na cidade de Sapé, sendo atingido por três tiros. Nessa escalada de agressões, Assis Lemos registra o espancamento de camponeses no Engenho Corredor, Fazenda Maraú, e na Liga do Marinho (LEMOS, 2008, p. 52). As intimidações e os atentados não foram suficientes para impedir o avanço do movimento camponês. Fazia-se urgente e imperioso eliminar os sublevadores da ordem latifundiária secular. O primeiro a tombar foi Alfredo Nascimento, líder camponês da Fazenda Miriri, em 14 de março de 1961, assassinado pelo sargento reformado Capa de Aço, contratado como capataz da fazenda. Os camponeses, revoltados com o assassinato que tinham presenciado, atacaram Capa de Aço e “cortaram ele miudinho” (VAN HAM, 2006, p. 137). Como essas ações não surtiram o efeito esperado, o chamado Grupo da Várzea¹³ decidiu pela eliminação de João Pedro Teixeira. O assassinato do líder camponês (2/4/1962), conforme apurado pelo inquérito policial, foi encomendado pelo usineiro Aguinaldo Veloso Borges.¹⁴ No entanto, a morte do líder não arrefeceu o movimento. Ao contrário, fortaleceu-o. Ao assumir a liderança da Liga de Sapé, Elizabeth Teixeira imprimiu uma aliança mais agressiva ao movimento, tendo em vista a sua aproximação com o grupo de Julião. A escalada dos conflitos tem a sua manifestação mais marcante na chamada Tragédia de Mari, em janeiro de 1964. Nesse conflito foi assassinado Antonio Galdino da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, dois agricultores, o gerente da Usina São João, dois sargentos responsáveis pela segurança das usinas, três administradores e soldados, num total de 14 pessoas (RAMOS, 1989). Esse conflito, às vésperas do golpe de 1964, acirra ainda mais os ânimos. Em resposta, o governo do estado manda instalar um quartel da polícia em Sapé, comandado pelo coronel Luiz de Barros, que “utilizou de toda energia para reprimir a rebeldia dos trabalhadores do campo” (depoimento de Luiz de Barros,

13 O chamado Grupo da Várzea era formado pelos grandes proprietários situados ao longo do rio Paraíba, que detinham não apenas o poder econômico regional, como também forte influência política, com vários representantes na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados.

14 Uma descrição detalhada do assassinato de João Pedro Teixeira e das repercussões deste pode ser encontrada em Lemos (2008) e em Ramos (1989).

apud BENEVIDES, 1985, p. 123). Ele foi peça fundamental na repressão após a derrubada do governo Goulart e a instalação da ditadura militar no país.

A REPRESSÃO APÓS O GOLPE

O golpe militar restabeleceu a ordem latifundiária. Foi desencadeada uma repressão ferrenha ao movimento camponês. As principais lideranças foram presas: Assis Lemos, Elizabeth Teixeira, Pedro Fazendeiro, João Alfredo Dias, Ofélia Amorim, Antonio Fernandes (prefeito e dirigente da Liga de Rio Tinto) e tantos outros, que direta ou indiretamente estavam envolvidos com as ligas camponesas (LEMOS, 2008; RAMOS, 1989; BENEVIDES, 1985; MACHADO, 1991). À prisão, seguiram-se a cassação dos direitos políticos (Assis Lemos – deputado estadual, Antonio Fernandes – prefeito de Rio Tinto, Geraldo Camilo – prefeito de Mulungu), a fuga/clandestinidade (Elizabeth Teixeira, Ivan Figueiredo) e o assassinato (Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, cujos corpos carbonizados foram deixados na margem de uma estrada do atual município de Alcantil, logo depois de ter sido anunciada a saída deles da prisão).

O clima de perseguição não se restringiu apenas às lideranças e seus familiares. Foi instalado um clima de terror contra as bases do movimento e, mais do que isso, contra os camponeses de uma forma geral, como atestam os depoimentos abaixo:

Eu estava na feirinha de Guarabira e, quando eu cheguei em casa, já tinha um amigo meu me esperando para a gente sair fora porque, se fosse preso e passasse em Sapé, não saía vivo, porque lá em Sapé a situação era difícil (relato de Antonio Francisco de Carvalho no SMC).

Já foi depois da revolta num sabe; essa revolução de 64. Aí foi que houve essa consequência, que ninguém tinha sossego, porque, pra começar, as casas que eu estava falando, que foram construídas, a política vinha pra que os moradores [...], obrigar os moradores daqui, desativar as casa que tinham sido construídas [...]. Aí então nessa época, foi a época que todo mundo correu [...]. E essa luta foi na derrubada da Liga Camponesa, quando os ditadores chegaram; tinha o tenente Luiz de Barros, em Sapé e ele autorizava esse pessoal pra fazer isso tudo. E todo mundo tinha muito medo (VAN HAM, 2006, p. 319-311).

O terror disseminou-se entre os camponeses, principalmente em Sapé, centro de difusão das ligas camponesas na Paraíba, de forma que durante muito tempo ninguém ousava falar no movimento. Como escreve Van Ham, “lá a perseguição foi tanta e continuou por longos tempos, de modo que nem tão cedo os camponeses se atreveriam” (2006, p. 18). O silêncio imposto pelo medo não calou apenas as bocas. Esmaeceu a memória. Desmobilizou os braços. Desacreditou a esperança. Mas até quando? Foi preciso que o jugo extenuante do capital canavieiro, amparado e impulsionado pelo estado através do Pró-Álcool, impusesse a intensificação da exploração do trabalho, para que a indignação do campesinato voltasse a se manifestar sob a forma de resistências localizadas, sustentadas pela atuação das novas formas assumidas pelos movimentos sociais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De toda essa luta, o que restou além de mais algumas páginas escritas com luta, suor e sangue na história secular de exploração do camponês paraibano? Para além das conquistas imediatas

(fim do cambão, conquistas trabalhistas consubstanciadas no Estatuto do Trabalhador Rural, implantação de política de saúde, legislação da reforma agrária etc.), o resultado mais expressivo do movimento camponês foi, sem sombra de dúvidas, o questionamento do poder discriminatório do latifúndio.

Pela primeira vez a Paraíba assistiu a uma mobilização sem precedentes, capaz de contestar de forma organizada o poder de mando da aristocracia canavieira. O jogo de forças resultou favorável ao capital, mas a fissura na estrutura de poder foi instalada. Apesar da permanência da dominação do capital, o espaço agrário nas suas estruturas políticas, econômicas e sociais resultou modificado, ressurgindo, de uma forma ou de outra, em novos embates e em algumas conquistas. Afinal, “um mártir não se enterra, se planta”. No campo semeado, novas margaridas nasceram. A luta das ligas se projetou no tempo e conquistou novos espaços e novas formas de permanência do campesinato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.
- AUED, Bernadete Wrubleski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e ligas camponesas (1955-64)*. Florianópolis: Editora UFSC, 1986.
- AUGRAS, M. História oral e subjetividade. In: VON SIMSON, O. R. M. (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Unicamp, 1997.
- AZEVEDO, F. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, L.; MIELE, N.; GODOY, Rosa. *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Universitária, 1997.
- BENEVIDES, C. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- BURKE, P. *Anotações para uma história social do silêncio no início da Europa moderna*. São Paulo. Editora Unesp, 1995.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COELHO, Nelson. *A Tragédia de Mari*. João Pessoa: Ideia, 2004.
- CONSULTA POPULAR – PB. *João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores*. João Pessoa: Ideia, 2002.
- FERREIRA, Marieta M. História oral e tempo presente. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 11-21.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25-52.
- JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009.
- LEMONS, Francisco de Assis. *Nordeste: o Vietnã que não houve – Ligas camponesas e o golpe de 64*. João Pessoa: Linha d'Água, 2008.
- MACHADO, Jório. *1964: a opressão dos quartéis*. João Pessoa: O Combate, 1991.
- MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência a dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, v. 21, n. 1, 2002.
- MOREIRA, Ivan Targino et al. *Memória camponesa: as ligas camponesas na Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 2011.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos (Memória)*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, FGV, n. 10, 1992.
- PORTO, D. de O.; LAGE, I. L. C. *Ceplar: história de um sonho coletivo*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1995.
- RAMOS, Severino. *Crimes que abalaram a Paraíba*. João Pessoa: Grafiset, 1989.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- _____. Formas cotidianas de resistência camponesa. Trad. Marilda A. de Menezes, Lemuel Guerra. *Raízes*, v. 21, n. 1, jan.-jun. 2002.

VAN HAM, Antonia M. et al. (Org.). *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar*. João Pessoa: Ideia, 2006.

IVAN TARGINO – Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB, <ivantargino@bol.com.br>.

EMILIA MOREIRA – Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, <erodat@hotmail.com>.

MARILDA MENEZES – Professora da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG, <menezesmarilda@gmail.com>.